

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A complexidade da questão da pobreza no contexto da globalização. Democracia e desigualdades em relação à justiça social .

Ana Angélica Martins da Trindade.

Cita:

Ana Angélica Martins da Trindade (2009). *A complexidade da questão da pobreza no contexto da globalização. Democracia e desigualdades em relação à justiça social. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/583>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A complexidade da questão da pobreza no contexto da globalização

Democracia e desigualdades em relação à justiça social

Ana Angélica Martins da Trindade
Universidade Federal da Bahia

Introdução para situar o tema

O estudo proposto neste trabalho contempla um tema atual e constante nas Ciências Sociais sobre democracia e justiça. São reflexões intelectuais e analíticas em torno do empreendimento dos esforços das sociedades contemporâneas em especial o Brasil como economia emergente e país periférico no contexto da ordem mundial que visam melhorias nas estratégias de combate à desigualdade e exclusão social de largos setores das classes populares e dos pobres em particular. Refirome, pois, aos estudos e programas sobre o combate à pobreza, as representações e os argumentos sobre o tema em diversos níveis da sociedade civil e do Estado, e em diversas escalas – regional, nacional, mundial. São

propostas e discursos construídos a partir da formulação de diretrizes para combater a pobreza em torno da ação das agências internacionais (e.g. Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) e dos programas de governos (eg. Programas sociais do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Governo Luis Inácio Lula da Silva), além das influências exercidas pelos movimentos sociais transnacionais de combate à pobreza e injustiças (Fóruns Sociais Mundiais, Global Call to Action Against Poverty – GCAAP, Movimento Global a favor da Reforma das Instituições Internacionais). Para desenvolver o estudo sobre a questão da pobreza hoje a presente proposta pretende focar a questão da justiça social que será estudada como uma categoria da sociologia política e da cultura (Heller, 1993); ela permite um entendimento sobre contestações em relação as diversas abordagens da pobreza e, conseqüentemente, contrapor as reivindicações por igualdade social e por reconhecimento de diferenças (Fraser, 2000) como uma dinâmica da ação histórica para mudanças democráticas.

É um tema que permite aproximações teóricas e práticas em torno da ampliação da democracia e das lutas por igualdade participativa para enfrentar o paradoxo da existência atual no Brasil da alta desigualdade social e pobreza¹ juntamente com uma democracia estável e institucionalmente reforçada, do ponto de vista normativo e de funcionamento das instituições, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina que viveram ditaduras militares.

Globalização – o contexto ampliado de produção da pobreza na contemporaneidade

Desde o final da Guerra Fria e com a derrocada do socialismo na antiga União Soviética, a realidade social internacional foi marcada pela intensificação do fenômeno multifacetado e controverso da globalização que alterou um número infinito de aspectos da vida social. De amplitude planetária refere-se a uma pluralidade de processos sociais de

¹ De acordo com estudos do Banco Mundial, em 2005, a estimativa de pobres no mundo (um em cada quatro) era de 1,4 bilhões que vivem com menos de US\$1,25 por dia. O Programa Internacional de Comparação (ICP) do Banco Mundial revela que o volume de pobres vem diminuindo, já que em 2004 o número de pobres abaixo da linha da pobreza internacional ao redor do planeta era de 985 milhões que viviam com menos de US\$1 por dia, em países mais pobres. As reduções têm sido importantes, porém a pobreza ainda assusta até mesmo os representantes oficiais das agências internacionais de cooperação financeira (ICP, 2005). Em 1999, cerca de 22 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 53 milhões como pobres, com índices de pobres oscilando entre 40% e 45% da população (PNAD, 1999). A PNUD indicou que, em 2001, o número de pobres no Brasil é 70% maior do que revelou o Banco Mundial, de acordo com estudos do Centro Internacional de Pobreza, um órgão ligado ao PNUD e com sede no Brasil. Estimou-se que há 24,3 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, quando o Banco declarava 14 milhões. O mesmo ocorreu com os dados apresentados pelo Bird que assinalou 1,1 bilhão de pobres no mundo e, segundo a PNUD (2001), havia cerca de 1,9 bilhão de pobres.

intensidades variadas, sendo mais pertinente a utilização da expressão plural de globalizações, conforme Therborn (2000). A globalização revelou a reorganização dos sistemas de produção, de tecnologia e comunicação, no final da década de 80, com vistas a favorecer a estruturação de um novo padrão de acumulação capaz de acelerar a liberalização do comércio internacional, a abertura dos mercados e a desregulamentação das finanças, facilitando a sua expansão mundialmente.

Processos de globalização ou mundialização introduzem novos padrões técnicos de informação, de comunicação e de competição por oportunidades de mercado; os processos de crescimento econômico são reforçados seletivamente e dinamizados. As novas orientações trazidas pelo sistema econômico global alteram critérios de desempenho, competitividade, individualidade, eficiência e produtividade. Os discursos das agências de cooperação econômica e financeira revelam a hipervalorização do desempenho econômico, primoroso para determinar as condições de pertencimento dos sujeitos globais, alterando-se responsabilidades sociais com impacto direto na vida democrática (Milani, 2006).

As negociações políticas seguem as determinações econômicas e as forças do mercado, o que reduz (e em alguns casos até elimina) as influências dos espaços de deliberação com participação popular. Com a internacionalização das relações econômicas sob a globalização, os controles centralizados nos Estados nacionais fragilizaram-se. Desenvolvem-se íntimas relações entre Estados e corporações multinacionais com perdas de soberania² para os Estados, sobrepostas, às exigências dos tratados comerciais internacionais. A interdependência econômica, tecnológica e de comunicação, característica da mundialização atual, enfraquece a idéia de soberania do Estado diretamente (Milani, 2006; Badie, 2000).

Historicamente, a soberania também serviu, de um modo geral, para salvaguardar nações mais fracas contra a iniciativa dos poderosos. Foi até conveniente durante a Guerra Fria, formando três mundos política e simbolicamente: foi um importante elemento valorativo do mundo ocidental; protegeu o mundo socialista das prováveis intrusões de outros sistemas; para o Terceiro Mundo, grande parte saído da descolonização, a soberania forneceu a possibilidade de emancipação e resistência em relação a atores políticos mais fortes. No mundo Pós-Guerra Fria emergiu o direito internacional para, entre outras funções, tendeu a

² De uma forma geral, o conceito clássico de soberania de Estado a define como o poder absoluto e centralizado de uma república sobre um território; ao Estado é concedido um poder ilimitado, independente de outras instâncias de poder para arbitrar sobre suas próprias leis e sua própria ordem interna e sua posição internacional. Não há uma responsabilidade direta com o acordo exterior (Badie, 2000).

assegurar os interesses dos Estados fortes que passaram a decidir sobre a soberania de cada um; em outras palavras, as soberanias tornaram-se desiguais o que estabeleceu um enorme diferencial de poder divisor entre os Estados: os mais poderosos, os mais jovens e os mais pobres, além de reforçar condições de dependência entre nações (Badie, 2000). Em contraposição a esta forma de soberania e ordem internacional surgem construções solidaristas, capazes de favorecer o compartilhamento de valores e exaltação dos bens, materiais e não-materiais, comuns à humanidade, parecendo justificar a recusa da soberania, alicerçada na necessidade de gestão global. Os movimentos transnacionais e alterglobalistas são uma expressão desses novos valores que influenciam a política (Badie, 2000).

Na era da liberalização e desregulamentação do neoliberalismo, o fluxo de capital tornou-se ilimitado, promovendo fluidez de fronteiras e reformas nas relações entre Estado e mercado. Os atores internacionais se formam por meio de um número infinito de participação de diversas naturezas: intergovernamentais, não-governamentais, estatais, não-estatais, privados, etc. Novas estruturas de poder, autoridade e *governança global*³ surgem para acelerar a globalização econômica, assim como se desenvolvem novos nexos entre os espaços local e global, entre zonas de interações político-econômicas de diferentes escalas. Para que a economia mundial busque conquistar novos mercados e formar consumidores, cada vez mais precocemente, o sistema de economia global territorializa e reterritorializa localidades, transformações territoriais e institucionais são exigidas para organizar o poder político-econômico mundial e vários aspectos nas estruturas das soberanias nacionais são reconfigurados: negociações, jurisdição e formas de poder, legitimidade, sistemas de autoridade. Ademais o comércio internacional faz prevalecer uma estrutura de justiça privada (Ianni, 1996; Sassen, 2000).

Sassen (2000) afirma que há uma nova geografia de poder baseada na ascendência de um regime econômico legal e transnacional de governo, possibilitado pela constituição de um espaço eletrônico e favorecido pelo crescimento digitalizado das atividades econômicas; os sistemas de telecomunicação tornam viáveis fluxos de transmissão de dinheiro e de informações por todo o planeta controlado por um poder global, mas sustentados nos territórios. Grandes empresas transnacionais, corporações multinacionais e serviços tornam-se centrais em importância e complexidade; eles concentram mecanismos de expansão mercantil,

³ As tendências políticas neoliberais vigentes fundamentam-se em uma minoração do papel do Estado e na implementação de uma *governança global* que, segundo a Comissão das Nações Unidas, representa um determinado modo de gestão das interdependências, que indica a comunidade internacional a resolver problemas comuns trazidos pelas contradições da própria economia internacional (Milani e Laniado, 2006).

industrial e financeira⁴. O advento de uma classe financeira favorecida pela afirmação do poder dos grandes bancos, colabora com a formação de um poder que não está centralizado no Estado-Nação (Sassen, 2000).

Para Tavares e Beluzzo (2005), a cada alteração dos centros do capitalismo são produzidas rápidas e agudas mudanças na divisão internacional do trabalho e nas relações da geoeconomia centro-periferia. Alternam-se continuamente ciclos de acumulação, de incorporação de progresso técnico, de valorização e desvalorização do capital financeiro e de deslocamento espacial das atividades em função da necessidade de superar crises periódicas apresentadas pela própria expansão do sistema. Com a doutrina neoliberal que se expandiu desde a década de 80, a globalização financeira e o valor da moeda americana aceleraram-se, indicando um período de uma ordem mundial unipolar, conforme os avanços.

O poder político da globalização econômica se desenvolveu mais ainda quando os EUA experimentaram uma ascensão como potência no cenário internacional tornando-se os maiores competidores no mercado mundial. Com o fim da II Guerra Mundial, a ordem liberal entrou em declínio e o projeto de hegemonia americana se efetivou no interior de uma ordem geopolítica bipolar, com duas esferas de influência no mundo. Um sistema de instituições internacionais de controles político, militar, financeiro, jurídico surgiu para intermediar as relações entre nações, sendo lançados princípios orientadores da construção da nova ordem. Foram criadas as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, entre outras entidades. Os EUA e a União Soviética desmoronaram definitivamente o Império britânico. A *pax americana* dominou a nova ordem mundial e estabeleceu avanços democráticos para proprietários e grandes acionistas (Tavares e Beluzzo, 2005).

A política americana adotou o expansionismo e passou a defender os mercados financeiros internacionalizados, o crescimento foi retomado e os EUA consolidou seu poder imperialista através da prática da macroeconomia política do poder e da concentração de riquezas por mercados de todo o mundo através de instituições financeiras. No pós-11 de setembro, o unilateralismo e o militarismo reforçam-se em mais um momento de consolidação da hegemonia do Império norte-americano (Milani, 2006).

A globalização das três últimas décadas desenvolve-se marcada por desigualdades, contradições, complexidades; articulam-se continuidades e rupturas entre o global e o local. De acordo com Tavares e Beluzzo (2005), o desenvolvimento dos sistemas financeiros refletiu uma maior distância entre os países, favorecendo níveis de crescimento assimétricos

⁴ Dois terços do comércio mundial, hoje, são dominados por empresas multinacionais (Unctad, 2002).

entre nações, assim como a distribuição da riqueza e da renda entre as classes torna-se cada vez mais desigual. Em oposição à situação vivida pelos países mais ricos, as economias periféricas convivem com altas taxas de juros e câmbio, flutuações nos preços dos ativos e das moedas, a condição de devedores em moeda estrangeira. As periferias do mundo consolidam-se como responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas de crédito destinados aos países centrais. De fato, a prosperidade econômica só se efetivou para os países mais ricos ainda que também nos EUA a pobreza aumentou com a globalização e na Europa com a redução do *Welfare State*. Pode-se dizer que a globalização promove processos de exclusão social e pobreza dentro e entre Estados, além do aumento da desigualdade não só social, mas igualmente econômica-política e cultural (Tavares e Beluzzo, 2005).

A eficácia do mercado falsifica as condições de universalidade pois, em paralelo aos progressos promovidos pela globalização, também vão sendo produzidas disparidades de desenvolvimento: a modernização periférica que se instaura em muitos países do mundo desencadeia maiores níveis de pobreza, de desigualdades e exclusão, tanto nas sociedades centrais como nas periféricas. (Ianni, 1996; Souza, 2004).

As diretrizes do neoliberalismo para a pobreza

A ordem mundial, imposta pelas novas concepções liberais, reordenou e integrou novas condições de funcionamento econômicas, políticas, ideológicas e sociais dos governos em relação ao destino das sociedades territoriais. Reformas e liberalizações de atividades foram estabelecidas para responder aos interesses e necessidades públicas em substituição ao anterior modelo de *Welfare State*⁵ (Souza, 2004).

A aceleração da globalização é parte de projetos neoliberais de expansão do capitalismo internacionalizado. Historicamente, o liberalismo defendeu os direitos individuais, a distinção das esferas pública e privada e a minimização da instância estatal. O poder do Estado deveria ser a representação do consentimento dos cidadãos. Durante o século XIX, a concepção liberal de Estado mínimo foi questionada diante dos crescentes aumentos dos índices de pobreza e desigualdades, inclusive por teorias críticas e revolucionárias como o marxismo (Souza, 2004). Contrariamente aos discursos liberais, com o fortalecimento das

⁵ O Estado Providência ou Estado de Bem-Estar Social (ou ainda *Welfare State*) originou-se do pensamento *keynesiano*, na segunda metade da II Guerra Mundial. Sistema em crise nos dias de hoje, teve entre os seus objetivos: a garantia do bom funcionamento do mercado e a defesa/viabilização dos direitos dos cidadãos, em especial, no que tange à saúde, educação e alimentação. Um dos fundamentos da estrutura do *Welfare State* europeu ressalta a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de políticas públicas de qualidade.

massas operárias, os movimentos sociais passaram a defender as intervenções estatais para o enfrentamento das questões sociais, ainda mais após a crise centrada na economia norte-americana de 1929. O Estado passou a atuar em relação a economia, com especial preocupação com os princípios de distribuição social, até que novas crises questionaram, a partir dos anos setenta, a dificuldade do *Welfare State* em responder às políticas sociais necessárias. Ademais, diante do esfacelamento das experiências socialistas, as idéias liberais renasceram sob a denominação de neoliberalismo (Santos, 2007).

Para o pensamento neoliberal qualquer política governamental baseada no *keynesianismo* deve ser combatida, pois coloca em risco a liberdades dos indivíduos; um Estado máximo em relação às necessidades sociais poderia tornar ingovernável a democracia, a participação política; portanto, a desregulamentação estatal transfere o controle da economia aos setores privados da sociedade. As interferências nos empreendimentos particulares por parte dos poderes públicos são tidas como mínimas ou inexistentes.

De acordo com Souza (2004) houve a emergência de três capitalismo transnacionais: o americano, o japonês e o europeu, com destaque para a preeminência das agências financeiras multilaterais. Os países latino-americanos não puderam optar em relação a adesão aos projetos da globalização econômica; as grandes potências forçaram uma adaptação ao modelo neoliberal reforçado por processos de reestruturação trazidos pelo FMI e Banco Mundial. O objetivo central da reestruturação foi a necessidade de livre ação e proteção ao capital privado dos grandes investidores internacionais, reorganizando as relações entre Estado, sociedade civil e mercado.

A ação das agências internacionais nas localidades latinas propôs formas conservadoras de retomada do crescimento econômico e social. Privatizações, reorganização dos serviços públicos, ampliação da participação das empresas transnacionais em áreas estratégicas e redução da estrutura estatal fizeram parte das reformas neoliberais promovidas em várias localidades. O receituário do Consenso de Washington⁶ exigiu: o fim do protecionismo das economias nacionais e a abertura dos mercados, tudo foi adequado aos preços internacionais, investimentos em exportação, redução da inflação e da dívida pública, privatização de empresas públicas estatais, estabilização dos preços e dos juros, redução do orçamento das políticas sociais e da intervenção estatal em assuntos relacionados à economia. Este último aspecto acaba sendo um paradoxo pois no Brasil, por exemplo, é o Estado que dá

⁶ O Consenso de Washington ocorreu em 1989, quando foram definidas recomendações mínimas para a condução das reformas econômicas na América Latina e outras regiões integradas à economia capitalista.

as condições da globalização econômica e não o livre jogo do mercado.

A parceria econômica desigual com o mercado mundial foi estabelecida, com benefícios apenas para os países centrais; um dos resultados preocupantes deste processo foi a agudização da pobreza, em especial, em países latinos como o Brasil, a Argentina e o México (Souza, 2004; Anderson, 1995).

Na fase atual do neoliberalismo, o FMI e o Banco Mundial, como condutores do processo de reformas, apresentam mudanças constantes em seus discursos, promessas de desenvolvimento igualitário são pronunciadas para todas as nações do planeta. Com a constância das crises sociais e de mercado, estrategicamente, as instituições financeiras redefinem suas metas e apontam para a necessidade de atendimento, também, à satisfação das necessidades básicas das populações mais pobres. Porém, as diretrizes econômicas voltadas para o crescimento econômico não conseguiram combater a pobreza. Os esforços financeiros empreendidos para melhorar as condições de vida das camadas mais pobres da sociedade, foram de um tipo compensatório, de modo a não comprometer a acumulação de capital.

As primeiras agendas do desenvolvimento propostas guiaram-se por definições de pobreza absoluta⁷. Ressalta-se a posição do Banco Mundial em relação à questão de enfatizar a capacidade de produtividade dos pobres que é, então, estabelecida como condição para o desenvolvimento. Com isso, a responsabilidade do enfrentamento da miséria passou do Estado para o indivíduo. O Banco Mundial incluiu metas voltadas para a educação e para a saúde na destinação de seus créditos, antes limitadas a elementos de infra-estrutura econômica. No entanto, os discursos enfatizam o combate à pobreza com base em princípios humanitários, de igualdade social e de justiça, o que na prática pouco se efetiva. Pode-se dizer que na globalização o Banco Mundial assume, cada vez mais, papéis políticos (Kraychete, 2006).

⁷ A pobreza absoluta define-se nas situações em que um indivíduo ou grupo se encontra num nível abaixo do rendimento mínimo, o que não lhes permite satisfazer necessidades essenciais de vida. Segundo Rocha (2000), a pobreza absoluta resulta da má distribuição de renda e de elevadas desigualdades sociais, incompatíveis com o crescimento e desenvolvimento econômico geral da sociedade. A questão da pobreza absoluta constitui-se como uma questão política com interferências nas condições de justiça social. Em 1973, o presidente do Banco Mundial, Robert Strange McNamara citou o conceito de pobreza absoluta como elemento central da agenda de desenvolvimento definida na reunião da Junta de Governadores do Banco em Nairóbi. Em 2005, Justin Lin, vice-presidente e primeiro economista do Banco Mundial, retomou a concepção de pobreza absoluta em seus pronunciamentos e relatou que a mesma tem diminuído, porém sendo mais generalizada do que se pensava (Ivo, 2001).

O FMI, ao assessorar o Banco Mundial, fixou códigos de conduta política e definiu pré-condições de créditos sem deixar de manter a concessão de empréstimos. O financiamento dos projetos econômicos e sociais estabeleceu estratégias de controle e dominação como políticas, ações distanciadas da promoção da justiça social (Badie, 2000; Tavares e Beluzzo, 2005).

Ainda de acordo com discussões de Kraychete (2006), a partir dos anos 90 os discursos do Banco Mundial voltavam-se para o subdesenvolvimento vivido em determinados países que, se superado, levaria ao progresso e desenvolvimento. As determinações do Consenso de Washington, já referido anteriormente, indicadas pelo FMI e Banco Mundial como pré-condições de acesso ao desenvolvimento no início dos anos noventa, incluíram cortes de gastos públicos, privatizações, abertura de mercado, enfim, mudanças favoráveis aos investidores externos. As concepções de desenvolvimento social correlatas foram definidas nas seguintes direções: investimentos em capital humano para que melhorasse condições de produtividade e retorno econômico, ação do governo voltada para o atendimento dos mais pobres em parceria com o setor privado; incentivo ao empreendedorismo; inserção da economia nacional na dinâmica mundial; implementação de programas de ajustes econômicos.

Política econômica e eficiência das instituições, para oferecer respaldo ao mercado, passaram a ser centrais para o desenvolvimento na visão do Banco Mundial; os papéis do Estado e do mercado são reavaliados continuamente para evitar empecilhos às demandas econômicas, sendo o mercado responsável pela condução do desenvolvimento. No decorrer nos anos 90 houve a tendência do Banco Mundial a intensificar a discussão sobre o papel das instituições com a finalidade econômica de reafirmar as medidas liberalizantes do Consenso de Washington. A reestruturação das instituições estatais, com fins a atender às necessidades de mercado, previu possibilidades de parcerias com o corpo cívico da sociedade, inaugurando a chamada *good governance*⁸, com vistas a ampliar a participação popular (através do Terceiro Setor) e descentralizar o poder, porém sempre condicionados aos interesses de mercado. A noção de desenvolvimento foi entendida também no sentido humano, com o objetivo de incluir os pobres nos processos de crescimento econômico com base no princípio de igualdade de oportunidade. Assim, estariam garantidas também melhores possibilidades de colocação no mercado competitivo tanto para os países quanto para os indivíduos.

⁸ *Good governance* foi uma das estratégias de organização da administração pública de Estados instituída pelo Banco Mundial nos anos 90 que previa aproximação estatal em relação às empresas e aos cidadãos para que sejam implementadas e tomadas decisões referentes, em especial, às políticas econômicas (Kraychete, 2006).

Posteriormente, durante o período do pós-Washington⁹ houve a definição de novas medidas para orientar o crescimento econômico com intermediação do Estado sendo essencial para o desenvolvimento pautar-se em: definir prioridades, considerar as limitações de recursos, estabelecer coordenação e planejamento estatal; destacou-se ainda que o fator de desenvolvimento é necessário a formação de consenso.

As proposições do FMI e BM alteraram, com frequência, o lugar do Estado e do mercado, sendo importante acompanhá-las criticamente para analisar como as representações de pobreza se manifestaram na perspectiva do desenvolvimento econômico mundial atual e as direções futuras. Reforçam-se concepções liberais que dividem sociedades entre pobres e extremamente pobres e desprezam conflitos e disputas ao tratarem de sistemas justos de cooperação; menospreza-se a importância dos embates nas relações de poder como defendeu Weber. Assim, as desigualdades não são consideradas fruto da dominação capitalista e do crescimento econômico, com a concentração da riqueza tornam-se cada vez mais referidas políticas sociais de natureza compensatória (Kraychete, 2006).

No decorrer do tempo, ainda de acordo com as discussões apresentadas por Kraychete (2004), o Banco Mundial utilizou tanto a pobreza no sentido absoluto, quanto de maneira relativa. A primeira concepção representa indivíduos e grupos que apresentam renda suficiente para custear uma cesta de bens e serviços mínimos à sobrevivência; contemplando a demarcação entre o nível da indigência e o nível de pobreza, abaixo destas linhas está a pobreza extrema. A pobreza relativa, por sua vez, refere-se a pessoas cujo “nível de renda está abaixo da metade do rendimento de outros grupos de indivíduos ou de uma outra sociedade”. A pobreza definiu-se como incapacidade de atingir um padrão mínimo de vida, tendo como base central os parâmetros de consumo. Para enfrentar a pobreza, o Banco Mundial indica que para os que estão na pobreza absoluta devem ser destinados programas de distribuição de alimentos, de distribuição de bolsas e para os indivíduos que vencem a linha de indigência, determina a distribuição de ativos relacionados ao funcionamento do mercado (Kraychete, 2006).

⁹ Em 1998, Joseph Stiglitz, vice Presidente Sênior e economista-chefe do Banco, pronunciou-se criticamente em relação ao Consenso de Washington; as imperfeições do mercado foram assumidas e posições centradas em intervenções micro e macro sobre a realidade foram anunciadas; estabelece-se, então, o período Pós-Washington (Kraychete, 2006).

A agenda política mundial: democracia Liberal, Bem-Estar Social e políticas públicas na configuração do discurso da pobreza

Conceituar a pobreza é uma tarefa difícil de se pensar e de se descrever, devido aos valores sociais, além de econômicos, que a temática contém. Exige uma superação de imagens simplistas e superficiais (muitas vezes veiculadas pela mídia, burocracia e pela política) que atribuem aos pobres as condições de debilidade e vulnerabilidade ou de ativos e recuperáveis, até se atingir representações complexas e múltiplas apreendidas em diferentes discursos, em muitos momentos contraditórios entre si. Conforme aponta Bourdieu (1993), a sociologia permite desvendar a realidade social com base no estudo das interações conscientes de seus membros; a pobreza se relaciona à situação de necessidades básicas não satisfeitas vividas pelas classes trabalhadoras. Estas necessidades são entendidas em um contexto histórico específico da sociedade moderna convertida ao neoliberalismo e à competição, marcada pela multiplicidade de lutas e aprendizados políticos, sociais e morais. Os indivíduos e grupos sociais considerados improdutivos e inúteis pertencem a categorias que vivem situações de privações e sofrimentos variados, produto do choque de interesses e de estilos de vida. Uma grande miséria de condições de sobrevivência é propiciada por uma ordem social dominada pela lógica de mercado e parece condenar pessoas à falta de usufruto de liberdade e a desigualdades sociais. Pouco ou nenhum dinheiro, precários meios de transporte e habitação, exposição a lugares degradantes, saúde e educação também precárias. Uma espécie de estigma impede o acesso ao trabalho, à escola, à saúde, à alimentação, ao lazer, enfim, uma condição que gera uma sensação de fracasso e desencoraja perspectivas futuras de vida. Situações de miséria afastam indivíduos da escola, separam-nos do mundo do trabalho, geram crises nas estruturas familiares (alta taxa de fecundidade e pais infelizes por não conseguirem oferecer meios de subsistência a seus filhos). Como ressalta o autor, as situações de pobreza resultam em um *capital simbólico negativo*, promotor de condições estigmatizantes de inserção nas relações sociais (Souza, 2003; Bourdieu, 1993).

Assim como Bourdieu (1993), Dupas (1999) e Ivo (2001) reconhecem a pobreza como um fenômeno social e político expressivo em função da exclusão política que representa, assim como desencadeador de fracassos: desde as capacidades básicas de suprir carências tanto físicas (como alimentação, saúde, alimentação, vestimenta), até aquelas referentes a questões sociais mais complexas (como educação e participação) que levam à falta de participação na vida comunitária. Os imperativos sociais, econômicos, políticos,

morais da modernidade difundem maus costumes e intensificam a pobreza na qual os pobres vivem sob submissão social e produtora de retraimento e sofrimento. A pobreza gera escassez de bem-estar pela ausência de meios de promovê-lo.

Concepções históricas e críticas consideram a pobreza como um fenômeno estrutural, de acordo com as identificações de Ivo (2001); sua constituição deve ser percebida sob o ponto de vista da injustiça e da dívida social que marcaram processos sociais de desenvolvimento excludente e desigual nas sociedades periféricas. Quando um número crescente de indivíduos passou a não se incorporar às conquistas trazidas pela modernização, a pobreza cumpre funções estratégicas de reprodução da dominação política, através do clientelismo e do populismo (Ivo, 2001; Ivo e Laniado, 2008).

As políticas sociais passam a ser entendidas como meios fundamentais para combater a pobreza. Políticas sociais, como destacam Laniado e Ivo (2008), são formas institucionais com base em concepções democráticas-liberais executadas pelo Estado e capazes de informar vínculos a partir de projetos políticos de inclusão, integração e cidadania. Tornam possível um padrão mínimo de vida, de boa vida, em termos de exercício de direitos sociais e cívicos, além disso, caracterizam-se como importantes fatos políticos para se entender os significados da justiça social difundidos em uma dada sociedade (Ivo e Laniado, 2008).

Como já dito, no Pós-Guerra, emergiu o Estado protetor que através de políticas sociais ofereceu respostas para o enfrentamento das questões sociais, organizando os interesses privados e interesses públicos de modo a poder promover uma política redistributiva em termos de riquezas e perspectivas renovadas de solidariedade. Num contexto repleto de lutas sociais, as responsabilidades em relação ao tratamento das questões sociais tornaram também a pobreza um tema da esfera pública e estatal. As bases dos direitos sociais estavam assentadas em um Estado engajado em prevenir vulnerabilidade social, tanto no âmbito da família quanto na esfera das empresas (Ivo, 2001).

A partir dos anos 80, o contrato social do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), com base na seguridade social, enfraquecido e rompido, apresentou a pobreza em suas formas mais agudas de manifestações. A integração à acumulação globalizada ganhou forças e levou a uma acentuação da exclusão do trabalho e da proteção social. Os pobres foram apartados das comunidades políticas, implicando na segmentação dos direitos de cidadania. Regras diferenciadas rompem com os princípios de participação igualitária e universalista nos benefícios sociais geridos pelo Estado em especial em relação aos cidadãos pobres. Com a aceleração da economia de mercado, as políticas sociais têm sua natureza e seu alcance

modificadas; o Estado neoliberal no Brasil e em outras economias periféricas implementou um novo modelo de gestão da pobreza: a focalização das políticas de pobreza, que estrategicamente, redefiniu responsabilidades entre Estado e o compromisso com a erradicação da pobreza reforça-se por meio de políticas seletivas e compensatórias por toda a sociedade (Ivo, 2001).

Como já indicado, a partir dos anos 90, segundo Rocha (2008), a luta contra a pobreza recebeu atenção especial da ação internacional, um desafio assumido por governos e sociedades de diversos países. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) definiu ações para os organismos internacionais, dependentes do crescimento econômico e da distribuição de riquezas e rendas. Nas cúpulas internacionais, exigem-se dos governos alinhamentos às políticas sociais de cunho planetário, conduzidas pelo Banco Mundial. Gradativamente, o tratamento da pobreza consolidou-se como objeto de políticas supranacionais, descentralizadas em relação às nações, com eficácia variável, porém a implementação depende da capacidade de execução dos níveis locais.

Na América Latina e, em especial no Brasil, a temática também despertou interesse e preocupação de estudiosos e da sociedade como um todo, diante da persistência evidente no cotidiano do país, mesmo em momentos de forte crescimento econômico e transformações produtivas. As sociedades latino-americanas, com formas históricas específicas de desenvolvimento do capitalismo, foram marcadas por estruturas de governos populistas, autoritárias e patrimonialistas, consolidando-se uma ordem sócio-econômica desigual quanto à distribuição de riquezas e bens públicos.

As estratégias contemporâneas de políticas sociais implementadas na América Latina e no Brasil apresentaram tendências técnico-progressista e tomaram a arena pública global e local baseadas em postulados de desenvolvimento difundidas pelo próprio PNUD e pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). As novas propostas de políticas sociais se concentram nas dimensões conjunturais e não nas causas estruturais da pobreza como desemprego, baixa renda, entre outras. Chegam a defender a qualidade de vida, o bem-estar social, a idéia de sustentabilidade, porém estas diretrizes são condicionadas aos ajustes fiscais e à subordinação das questões sociais aos planos econômicos. Os programas sociais de enfrentamento da pobreza são focalizados e são definidos pelas agências internacionais para estimular o consumo e a demanda de serviços com base em perspectivas de um desenvolvimento auto-sustentável. Na realidade, o universo dos excluídos é segmentado em pobres e extremamente pobres, e apenas estes últimos considerados como inativos, são objeto

de intervenção social da ação estatal (Ivo, 2001; Ivo e Laniado, 2008).

No cenário latino-americano o tratamento dos conflitos sociais acompanhou a dinâmica de mudanças democratizantes das sociedades. Mas, a despeito disto, ao final do século XX a proteção e a assistência social foram desvinculadas; questões técnicas substituíram questões políticas no âmbito das políticas públicas. Paulatinamente, a política social se centrou em medidas compensatórias por meio da assistência focalizada com as finalidades de controlar a anomia das classes populares pobres vulneráveis, marcadas por incertezas e favorecer a acumulação capitalista globalizada, com vistas a racionalizar gastos sociais (Ivo, 2001).

No marco de economias abertas, em especial em regiões periféricas do capitalismo globalizado como as do México e do Brasil, as novas formas de políticas sociais de redistribuição seletiva retomam posturas de dominação política mais tradicionalista e clientelista, tendo agora o Estado como agente de troca de favores. A ação das políticas focalizadas limita o universalismo dos direitos sociais e prioriza ajudas/benesses em vez do comprometimento com o princípio solidário da vida coletiva na democracia, assim como desprezam a solidariedade como valor moral da política. As antigas “falsas consciências” de inferioridades culturais são revividas, da mesma forma que obstáculos para o alcance do reconhecimento de cidadania e da formação de identidades plurais e múltiplas como base da inclusão de sujeitos sociais.

A partir do conjunto das políticas sociais governamentais de caráter focalizado que mais recentemente promovem transferências de renda no Brasil, é possível evidenciar os efeitos da complexa equação entre produção de riqueza ao nível nacional e distribuição social em termos dos esforços da sociedade. Ressaltam-se investimentos em políticas sociais muito aquém do necessário, isto porque os programas de erradicação da pobreza não são políticas de Estado destinadas a equacionar as questões estruturais da desigualdade, mas são políticas de governo. Dentre estas experiências de políticas compensatórias em execução no cenário atual brasileiro, destacam-se: as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI¹⁰

¹⁰ O PETI é um Programa de Transferência de Renda do governo Federal criado em 1996, na gestão do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, enfim, prejudicial à saúde e segurança desses jovens cidadãos. O público-alvo é a família composta por filhos na faixa etária já mencionada, tendo como prioridade as famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita. O programa concede a Bolsa Criança Cidadã nos valores de R\$25,00 para a área rural e R\$40,00 para zona urbana e, durante a Jornada Ampliada são repassados R\$10,00 por criança e adolescente na área urbana e R\$20,00 na área rural (Ivo e Laniado, 2008).

criado em 1996 durante o governo Fernando Henrique Cardoso e o programa Bolsa Família¹¹, originalmente Bolsa Escola, também do governo Cardoso, modificado e aplicado em 2003 no governo Lula da Silva.

A instabilidade do mercado e da economia podem comprometer a continuidade dos programas viabilizados pelas políticas sociais de assistência à pobreza. A política social assume uma natureza racional e instrumental ao delimitar aqueles que tem direito a serviços sociais básicos; conseqüentemente, o importante princípio da solidariedade reduz-se a uma espécie de alocação financeira que objetiva permitir o acesso ao consumo sem oferecer nenhum tipo de solução mais durável para a exclusão econômica (Ivo e Laniado, 2008; Bourdieu, 1993).

Segundo Rocha (2008), a partir de 2003 novos indicadores brasileiros revelam a redução da pobreza e da indigência no país como um todo, e em anos subsequentes, 2004-2006, deu-se a queda no nível de desigualdade de rendimentos vigente desde 1997, apesar da evolução da pobreza metropolitana agravar questões sociais, propiciando maior visibilidade das mesmas nos centros urbanos e a intensificação dos mecanismos de assistência de transferência de renda aos pobres. As explicações para tais melhorias da pobreza de renda consideram as perdas de rendimento do trabalho e indicam uma política de valorização do salário mínimo; a queda relativa dos preços de alimentos; o aumento de participação no mercado de trabalho e a expansão da ocupação (uma vez que o trabalho é um elemento importante para a condição de rendimentos das pessoas pelo fato de ser esse o principal responsável pelas rendas das famílias). Em relação, ainda, à redução da pobreza, houve a queda de ocupação entre os que apresentam menos anos de estudo (os relativamente mais pobres), porém os mais qualificados, que substituem trabalhadores com menor grau de instrução, pertencem às mesmas famílias que sofrem o desemprego. E por fim, no que diz respeito às questões sociais e à pobreza, o Brasil tem apresentado níveis decrescentes de fecundidade e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, fator que contribui com a melhoria do nível de renda das famílias brasileiras. Porém as mudanças

¹¹ Em 2003, o governo federal implementou aquele que hoje é considerado o maior programa de transferência condicionada de renda do país, o Bolsa Família. Esse benefício unificou as políticas de transferência de renda existentes anteriormente, como: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás. Tornou-se uma das principais metas na possível construção de uma rede de proteção social. O público-alvo do Programa atende aproximadamente, 11,2 milhões de famílias pobres e extremamente pobres brasileiras, segundo dados do PNAD. Tendo como finalidade aliviar a situação de carências variadas vividas pelas famílias, a proposta central é resgatar a condição de cidadania dos beneficiários. O foco no ambiente familiar estrutura o Programa desde sua criação (Ivo e Laniado,2008).

positivas sinalizadas não indicam mobilidade social ou melhores condições de vida da população pobre (habitação, saúde, educação, nutrição, entre outras); isso acontece em decorrência da pobreza se vincular aos complexos índices de desigualdades entre as pessoas (Rocha, 2008).

Por outro lado, o enfrentamento da pobreza através de políticas sociais focalizadas ressalta Rocha (2008) provocou avanços importantes para uma melhor compreensão da temática: maior disponibilidade de informações estatísticas consistentes derivadas de pesquisas realizadas pela PNAD/IBGE; na atualidade brasileira conta-se com uma grande variedade de temas e cuidado com o detalhamento de situações relacionadas ao conhecimento da pobreza. São fatores que oferecem às possibilidades de acompanhar tanto a evolução econômica e social do país, quanto o entendimento das relações de causalidade sobre as desigualdades (Rocha, 2008).

A modernidade trouxe os princípios de liberdade e igualdade relacionados à realização da justiça social e da universalidade. Discussões em torno das políticas sociais de combate à pobreza na democracia tornam-se importantes para a compreensão da possibilidade de ampliação da própria justiça social e da solidariedade. A superação de desigualdades sociais é uma possibilidade na medida em que políticas sociais possam ser viabilizadas, com a reestruturação do bem-estar a partir da ação conjugada da sociedade civil, de movimentos sociais e do Estado (Laniado e Ivo, 2008).

Para responder ao crescimento das vulnerabilidades sociais torna-se importante abordar a articulação da liberdade e dos princípios que asseguram a cidadania oferecida aos indivíduos. A ampliação da participação política dos cidadãos manifesta-se na ação coletiva desenvolvida por movimentos sociais que possibilitem a construção de uma nova dinâmica social, cultural e, até mesmo, econômica, na qual responsabilidades e decisões sejam compartilhadas. Para enfrentar o déficit democrático e assegurar a igualdade de oportunidades juntamente com a autonomia aos indivíduos a questão democrática é essencial.

A essencialidade da Democracia para a superação da pobreza

A democracia, embasada no princípio da justiça social, ordena a vida coletiva, orienta a experiência e forma as instituições nas sociedades. É uma noção que repercute na percepção do indivíduo sobre si próprio e sobre o outro, orientando relações políticas e perspectivas de integração social. As conquistas democráticas ganham força ao estabelecerem a unidade

orgânica, com base nas análises durkheimianas, que exigem do indivíduo vínculos de união com o sentido do bem público, aproximando cidadãos de uma comunidade política, onde vigora o eixo estruturador da democracia representado pela justiça social. Laços sociais são produzidos como necessários à sustentação da reprodução da sociedade (Laniado, 2008).

Na maioria das grandes metrópoles globalizadas de hoje, as lutas sociais demandam medidas de combate às injustiças, à pobreza e às desigualdades, devido a essas questões sociais serem muito visíveis no cotidiano, frutos do desenvolvimento econômico desigual produzindo desafios para o progresso democrático. A democracia nas sociedades pós-industriais apresenta crescentes demandas coletivas, permitindo confrontos, negociações que buscam solucionar problemas relacionados à governabilidade, pluralização de centros de tomadas de decisões, corrosão de laços sociais, e a dissolução de solidariedades nas comunidades cívicas. As possibilidades de renovação de instâncias de decisões políticas, de representatividade e participação ampliaram o sentido da democracia moderna. Liberdades e necessidades devem ser equacionadas e as distâncias entre o poder e as demandas sociais nas sociedades reduzidas para propiciar autonomia democrática num contexto de distribuição justa de benefícios, garantindo às pessoas desenvolverem suas vidas como queiram (Melucci, 2001; Wallerstein, 2007). Os atores sociais têm um importante papel na ampliação da democracia com base nos valores universais, apreciações conjuntas do bem comum e não ao domínio dos mais fortes.

No âmbito da precarização do bem-estar econômico e social dos indivíduos e grupos como ocorre na globalização, princípios e valores da essência da democracia se fragilizaram. A democracia liberal limita-se frequentemente à prática de eleições na atualidade, com garantia de um mínimo grau de regras de convivência comum para firmar a democracia como valor universal, mas a democracia requer o acesso igualitário a recursos coletivos básicos, como habitação, educação, saúde, etc; e solidariedade generalizada. Entendimentos em torno das mudanças democráticas permitem reflexões em relação à reciprocidade, confiança, solidariedade, por fim elementos transformadores da própria democracia. As mudanças sociais em direção à democracia e justiça têm sido requerida pelos novos movimentos sociais com base em acordos entre individualidades e coletividades (Ivo e Laniado, 2008).

Distinta dos âmbitos da economia e da política, a sociedade civil caracteriza-se como o principal ator público responsável por acompanhar as constantes transformações atuais. Estabelecendo-se como um espaço de interação social essencial para o desenvolvimento da democracia no mundo. Definições atuais de sociedade civil relacionam-na a várias

designações, desde empreendimentos cívicos e a esfera não-estatal, passando pelas redes mundiais, até organizações não-governamentais e movimentos sociais transnacionais, entre outras manifestações (Held, 1997).

Historicamente, a sociedade civil apareceu concomitante ao desenvolvimento do moderno Estado territorial. Representou instituições e práticas propícias às associações voluntárias de caráter público que organizavam interesses comuns e generalizava o princípio da confiança. Gramsci destaca a dimensão simbólica e cultural da sociedade civil, onde se dá a formação de valores, normas de ação e significados coletivos, elementos estes geradores do consenso e, conseqüentemente, da hegemonia cultural de um grupo social em relação a outros.

Na modernidade avançada a sociedade civil estabeleceu-se como esfera de contestação social, buscando-se afirmar a contra-hegemonia de atores coletivos dominados. Esfera de concentração da ação coletiva capaz de lutar pela democratização radical das sociedades. O cenário internacional da contemporaneidade congrega diversos movimentos sociais transnacionais que passam a inovar a esfera civil, alertam-se consciências individuais e coletivas indicativas dos encontros de questões sociais que assolam as dimensões global e local na atualidade (Cohen, 2003).

Melucci (2001) define movimentos sociais como fenômenos coletivos capazes de apresentar certa unidade externa, porém ao mesmo tempo, contêm, interiormente, significados, formas de ação, modos de organização diversos, com vistas a manter as diferenças organizadas e em união. Já para Touraine (1999), os movimentos sociais demonstram a existência de um conflito central, interior a cada sociedade. Assim como constituem sujeitos de luta opostos tanto ao triunfo do mercado e das técnicas, quanto contra os poderes comunitários autoritários. Nas sociedades contemporâneas, o conflito central é fortemente de ordem cultural, o que em momentos anteriores foi focado ora em conflitos econômicos da sociedade industrial, ora em conflitos políticos durante o início dos primeiros séculos da modernidade. O par de oposições que constitui a luta é o da dissociação entre a economia e a cultura, e quanto mais subdesenvolvida for a sociedade, mais frágil é a capacidade de articulação dos movimentos sociais; são as forças ditatoriais que falam em nome do povo e defendem interesses particulares. Se a luta social não flui livre de fragmentações e contradições coloca-se em risco a defesa dos direitos sociais e culturais (Melucci, 2001; Touraine, 1999).

Para se compreender os movimentos sociais em relação à democracia deve-se levar em

consideração a autonomia da ação social formada por importantes significados sociais. A dimensão coletiva do agir não foi tratada em sua totalidade pelo marxismo, por não ser considerado um fenômeno dotado de autonomia própria; o voluntarismo da mobilização teve destaque nesta vertente de análise. Por outro lado, explicações que se referiam às representações coletivas entendiam os indivíduos como portadores de identidades que evidenciavam respostas dos atores a certas disfunções do sistema social. Porém percepções desta natureza também se mostram limitadas, pois apresentam análises identificadas mais com a ação do que com os atores dizem de si. Na atualidade, segundo Melucci (2001), compreender o conteúdo dos movimentos sociais, condutor de instâncias múltiplas e contraditórias, exige distinguir planos e significados diferenciados da ação coletiva, responsáveis pela manifestação da pluralidade de orientações, significados e relações (Melucci, 2001).

A ação coletiva considerada remete a crenças e valores partilhados por atores sociais, onde indivíduos se reconhecem e se tornam parte de uma unidade. O entendimento de movimento social requer percepções em torno da ação coletiva que contesta alguma forma de dominação social e invoca valores gerais emancipatórios para tal finalidade; assim, o movimento social se caracteriza como um instrumento de pressão política, capaz de questionar recursos sociais utilizados por uma sociedade e seus modelos culturais. Assim, o movimento está sempre subordinado a uma ação coletiva. Segundo Gohn (1997), para se interpretar ações dos movimentos sociais devem-se destacar análises em torno dos discursos dos atores dos movimentos: idéias, linguagem, símbolos, ideologias, práticas de resistência cultural, cultura de solidariedade, enfim significados sociais das ações coletivas. Os tipos de movimentos devem ser levados em consideração, pois muitos deles sofreram releituras para acompanharem as mudanças vividas pelas sociedades. Movimentos ecológicos, de gays e lésbicas, das mulheres, de contestação da pobreza, entre outros cresceram e ganharam relevância internacional, conquistaram espaços de conferências internacionais e possibilitaram a participação dos movimentos na consolidação de uma nova ordem mundial (Touraine, 1999; Gohn, 1997).

A ação coletiva contemporânea por confrontar as desigualdades e a pobreza, tem lutado por justiça social e democracia; exige o papel central do Estado na resolução de conflitos sociais e de distribuição. Esta ação tem atuado em termos de resistência política em relação às opressões sociais (Ivo e Laniado, 2008). Os movimentos sociais transnacionais estruturam-se como processos sociais de ação coletiva que se estabelecem além das fronteiras

e dos territórios nacionais, articulam a divergência de ideais. Apresentam sujeitos coletivos que mobilizam capital simbólico e solidariedade transfronteiriça. Implementam ações de caráter contestatório em relação aos limites da liberdade e o sentido da justiça social, e, por fim, geram críticas em relação às experiências de democracia liberal (Laniado, 2008).

O perfil mais recente dos movimentos sociais transnacionais procura fazer política em dimensões não-convencionais, conta com uma nova cultura de relacionamentos - a das redes de ação coletiva. Estas redes podem trazer formas inovadas de colaboração entre grupos a partir de mecanismos solidários e recíprocos de cooperação. Experiências e informações são compartilhadas através de trocas mútuas, os mecanismos democráticos de decisão se ampliam e são, assim, favorecidos.

Os movimentos sociais transnacionais abordam temas diversos relacionados ao campo do reconhecimento. A ação destes movimentos diz respeito à preservação do direito de se expressar, de protestar e de confrontar, além dos espaços nacionais. Com destaque para a luta em prol do estabelecimento de oportunidades iguais, com base na justiça e no reconhecimento. A justiça refere-se às possibilidades de integração social, às formas de entendimento de uma sociedade sobre o justo, vigentes em estruturas sociais. O reconhecimento, por sua vez, volta-se à formação das identidades a partir das relações intersubjetivas construídas com base em conteúdos das experiências cotidianas e macrosociais. Ressalta-se a subjetividade moderna como forma de estruturar o sujeito social, reconhecida pelo respeito à dignidade e essenciais à constituição de laços sociais por meio de solidariedades (Laniado, 2008; Fraser, 2000).

A teoria do reconhecimento destaca elementos importantes para se refletir sobre os padrões de julgamentos morais estabelecidos por concepções de justiça social. As lutas sociais são precedidas por demandas de reconhecimento. Os novos movimentos sociais transnacionais defendem o reconhecimento na perspectiva do pluralismo pragmático e das identidades culturais, a principal bandeira de luta da ação coletiva transnacional (Laniado, 2008).

Diante da expansão da globalização econômica e da, conseqüente, necessidade de se enfrentar a complexa razão da pobreza, vale levar em conta as contribuições dos movimentos sociais transnacionais para abrangência das demandas para combater a pobreza e o nível de repercussão das mesmas para a inclusão social e a cidadania.

Finalizando a questão, pode-se dizer que uma análise de como as políticas sociais que visam ações voltadas ao enfrentamento da pobreza dos dois últimos mandos ao Brasil

(Presidente Cardoso e Presidente Lula da Silva) oferece um entendimento das inclusões as diretrizes do liberalismo econômico e dos tratos internacionais, em sua percepção a propósito da pobreza desde a década de 90. Permite indagar porque as políticas sociais conexas e seus resultados visíveis podem indicar marcos de superação da condição de pobreza e exclusão social estudados como possibilidades de recursos da atuação popular estendendo os espaços públicos da ação governamental, pelo meio de contendas e pleitos, isto é, recursos norteados aos princípios da justiça social – informação democrática, repartição e oportunidades de vida.

Bibliografia consultada e outros títulos

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BADIE, Bertrand. 2000. **Um mundo sem soberania, os Estados entre o artifício e a responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget (Coleção Economia e Política), 2000.

BARROS, Aidil de Jesus P. de e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BENHABIB, Seyla. Democratic Iterations: the local, the national e the global. In: BENHABIB, Seyla (org.), **Another Cosmopolitanism**. Oxford: Oxford Un. Press, 2006.

BEREZIN, Mabel. Democracy and its other in a global polity. **International Sociology**. Vol.14, N.3, Setembro de 1999.

BOTELHO, Nelson Arteaga. “O futuro que não chegará: a erradicação da pobreza a partir da perspectiva do governo federal mexicano (2000-2006)”. In DE ARAUJO, Tarcisio (Org), **A pobreza do Estado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COHEN, Jean H. Sociedade civil e globalização: repensando categorias, In **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Vol. 46, n.3, 2003

DELLA PORTA, Donatella and TARROW, Sidney (eds) Transnational processes and social activism: an introduction. In DELLA PORTA, Donatella and TARROW, Sidney, **Transnational protest and global activism**. New York/Toronto/Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, Emile. **A divisão social do trabalho**. São Paulo: Presença, v.1, 1984.

- FRASER, Nancy. Rethinking recognition. **New Left Review** 3, May-June, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: edições Loyola, 1997.
- HELD, David. **La democracia y el orden global – del Estado moderno al gobierno cosmopolita**. Barcelona: Paidós, 1997.
- HELLER, A. O conceito ético-político de justiça e o nascimento da modernidade. In: **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IVO, Anete Brito Leal. **Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- _____. “O acirramento do conflito distributivo na base: o novo tratamento da política social focalizada” IN **São Paulo em Perspectiva**, vol.18, n.2, junho de 2004.
- IVO, Anete Britto e LANIADO, Ruthy Nadia. The re-conversion of the social issue: poverty, society and State. **First ISA Forum of Sociology RC09 - Research Committee on Social Transformations and Sociology of Development**, Barcelona, Spain September 2008.
- KRAYCHETE, Elsa S. Desenvolvimento: razões e limites do discurso do Banco Mundial. In: **Caderno CRH** (UFBA, Salvador), N. 48, Vol. 19, setembro/dezembro de 2006.
- LANIADO, Ruthy Nadia. As fronteiras da política democrática: a justiça social e as diferentes escalas da ação coletiva participativa. In: Martins, P.H.; Mattos, A. e Fontes, B. (Org.) **Limites da democracia**. Recife: Editora da UFPE, 2008.
- MATOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. In **Lua Nova**, n.63, São Paulo, 2004.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**, Petrópolis: Vozes, 2001.
- MILANI, Carlos R. S. Globalização e contestação política na ordem mundial contemporânea. In **Caderno CRH**, n.48, vol 9, 2006.
- MILANI, Carlos R. S. e LANIADO, Ruthy Nadia. Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização. In **Caderno CRH**, n.48, vol.9, 2006.
- _____. Transnational Social Movements and the Globalization Agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. In **Brazilian Political Science Review**, n.1, vol.2, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

- ROCHA, Sônia. Pobreza en Brasil: progresos recientes y perspectivas. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, n. 22, Madrid: 2008.
- ROSANVALLON, Pierre e FITOUSSI, Jean-Paul. **A nova era das desigualdades**, 1996
- SANTOS, Boaventura Souza. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez Editora, 2007
- _____. **Uma introdução a uma Ciência Pós-Moderna**, Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.
- SASSEN, Saskia. Territory and territoriality in the global economy. **International Sociology**. Vol.15, n.2, junho de 2000.
- SOUZA, Jessé. Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro. In: SCALON, Celi. **Imagens da desigualdade**, UFMG: 2004.
- _____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- TAVARES, Maria da Conceição e BELUZZO, Luiz Gonzaga. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In FIORI, José Luiz (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- THERBORN, Goran. Globalizations, dimensions, historical waves, regional effects, normative governance. In **International Sociology** 15, 2000.
- TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Globalização, democracia e ordem internacional**. São Paulo: Editora da UNESP e Campinas: editora da UNICAMP, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the age of transition? A long-term view of the trajectory of world system. **International Sociology**. Vol.15, N.2, Junho 2000.
- _____. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- YAGHMAIAN, Behzad. Globalization and the State; the Political Economy of Global Accumulation and Its Emerging Mode of Regulation. In **Science e Society**, vol. 62, n. 2, 1998.